PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: Aplicabilidade e Evidenciação na Contabilidade Societária da BRF S.A.

Daiana Naiara Rodrigues[[1]](#footnote-1)

Fabiane Popik[[2]](#footnote-2)

RESUMO

A contabilidade societária é de fundamental importância para que as companhias apurem resultados tempestivos e fidedignos, trazendo como foco principal a aplicação das normas internacionais de contabilidade, fator de extrema importância atualmente, tanto para cumprimento da legislação vigente no país, quanto para a facilitação dos negócios internacionais. O estudo foi realizado através de pesquisa de caráter descritivo, o problema possui uma abordagem qualitativa, sendo os procedimentos realizados para a pesquisa enquadrados como documentais. A coleta de dados ocorreu através do site da B3 no segundo semestre de 2017, sendo analisados informações trazidas nos demonstrativos contábeis dos últimos três anos completos. Percebeu-se que, apesar de não haver a disponibilidade dos demonstrativos detalhados, as notas explicativas da companhia satisfazem as necessidades de informações sobre a aplicação das normas internacionais de contabilidade, e demonstram que a empresa segue com rigor o que lhe foi proposto através da legislação e dos pronunciamentos técnicos cabíveis a realidade da companhia.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Normas Internacionais de Contabilidade. Pronunciamentos Contábeis. BRF S.A. B3.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade passou por diversas mudanças desde o primeiro indício de sua existência. Pouco se sabe sobre o exato surgimento da contabilidade, de onde ou como ela foi criada. No entanto, acredita-se que sua evolução vem se misturando juntamente com a evolução do homem e da escrita e se aperfeiçoando com o avanço do comércio. De acordo com Sá (2008) o registro contábil existe a mais de dez mil anos, nasceu quando ainda o homem fazia desenho em cavernas, onde eles qualificavam as coisas por desenhos e as quantificavam por sinais repetidos (traços, pontos, grades e outros). Isso, para Sá (2008), foi a primeira forma racional de expressão do homem.

Com o aumento das negociações internacionais, o avanço tecnológico e a necessidade de informações uniformes entre os negociadores, a contabilidade precisou ser ajustada de forma que cada vez mais pudesse amparar a necessidade de seus usuários, independente da sua localidade.

O avançado processo de globalização é tido como o grande responsável pela harmonização das informações contábeis ao redor do mundo. A criação das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) se deu então para auxiliar nesta padronização. De acordo com Deloitte (2009), a globalização contábil está inserida em um contexto de globalização da economia, e diante disto, a informação contábil passou a ter ainda mais importância para as tomadas de decisões dos investidores, e para a gestão dos administradores.

Segundo a página oficial da *IFRS® Foundation (2017)*, uma organização de interesse público sem fins lucrativos criada para desenvolver a harmonização da contabilidade, em março deste ano cento e cinquenta (150) jurisdições ao redor do mundo já aplicavam as normais internacionais de contabilidade de alguma forma, e destas, cento e quarenta (140) fizeram um compromisso público de apoiar um único conjunto de padrões de contabilidade de alta qualidade, o Brasil é um destes países.

Segundo Azevedo (2010) os Padrões de Contabilidade Internacional (Internacional Accounting Standards - IAS) são normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Comitê Internacional de Padrões de Contabilidade (Internacional Accounting Standards Committee - IASC), criado em 1973 por 10 países, com o intuito de formular um padrão de normais internacionais, que fossem aceitos mundialmente. Em 2001, como parte do IASC, foi criado o Internacional Accounting Standards Board (IASB) que passou a ser responsável pela parte técnica do IASC, incluindo, a emissão de pronunciamentos, com essa mudança, os pronunciamentos passaram a ser chamados de Internacional Financial Reporting Standard (IFRS).

Desde o ano de 1976 o Brasil começou a dar seus primeiros passos rumo a padronização das normas, com a Lei nº 6.404, também conhecida como a Lei das Sociedades por Ações. Porém, foi efetivamente em 2007 com a Lei 11.638, que alterou e revogou a lei de 1976, que os padrões internacionais de contabilidade foram aplicados com mais rigorosidade. A lei vigente atualmente é a nº 11.941/09 que veio para alterar e revogar a legislação instituída em 2007 (IUDÍCIBUS et. al. 2010).

A legislação brasileira, desde 1976, traz que as empresas de capital aberto, listadas na Bolsa de Valores devem seguir as normas internacionais (Lei 6.404, 1976). No Brasil, contamos com a B3, criada em março de 2017 a partir da integração da BM&FBOVESPA e da Cetip. Ela se consolida como uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão (B3, 2018).

A partir disto, tem-se a seguinte problemática: Como as normas internacionais, que são relativamente novas no Brasil, estão sendo aplicadas nas empresas nacionais, mais especificadamente, na empresa BRF S.A., que possui seus demonstrativos listados na B3[[3]](#footnote-3)?

Portanto, o objetivo geral deste artigo é verificar se a empresa BRF S.A está aderindo as normas internacionais, emitida pelos CPC’s, sob o aspecto da contabilidade societária. Como objetivos específicos tem-se: identificar as novas obrigações trazidas pela convergência à contabilidade internacional; verificar se as novas normas que envolvem a contabilidade societária, são evidenciadas nas demonstrações contábeis da empresa pesquisada, e, por fim, verificar se as demonstrações contábeis da companhia analisada satisfazem as necessidades do usuário quanto ao bom entendimento da situação da empresa, seja ele brasileiro ou estrangeiro, que é o objetivo da harmonização contábil.

Levou-se em consideração para definição do estudo, que a BRF é a única empresa que está localizada em Lucas do Rio Verde que está listada na Bolsa de Valores, B3. Desta forma, seus demonstrativos estão disponíveis para análise, permitindo assim o desenvolvimento do estudo proposto.

Este estudo apresenta dados empíricos que irão contribuir para os artigos e estudos futuros sobre o tema e com análises práticas de evidenciação contábil nas empresas. Na prática vai contribuir para que os usuários da informação contábil em geral possam compreender qual a importância da aplicação correta das normas contábeis internacionais nas empresas. Para a sociedade o estudo trará análises onde os usuários das demonstrações contábeis possam entender e acompanhar a situação atual das empresas, e como a aplicação das normas influenciou nos resultados apurados pela companhia.

O trabalho é estruturado em cinco partes, onde inicia-se pela introdução, seguida pela fundamentação teórica, metodologia de pesquisa utilizada, o desenvolvimento e análise, posteriormente, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contabilidade no Brasil

De acordo com Sá (2008) o primeiro profissional contábil nomeado no Brasil foi Gaspar Lamego, Contador da Casa Real, em 05 de janeiro de 1549. A partir daí a contabilidade está oficialmente vinculada a história brasileira. No entanto, apesar do longo histórico contábil no país, foi somente em 1976 que o Brasil obteve um grande avanço no setor contábil, e desde então foi passando por constante melhoramento das normas contábeis, e isso se deve ao fato de que cada vez mais o país está buscando se adequar à globalização das informações.

O processo de mudança iniciou-se com a Lei nº 6.404/76, e no ano de 2000 foi elaborado o projeto de lei nº 3.741/00 que alterava inúmeros pontos a legislação de 1976, sendo este transformado em lei no ano de 2007 (Lei nº 11.638/07). No entanto, segundo Iudícibus, et. al. (2010), com a demora para a aprovação do projeto, que aconteceu somente no final do ano de 2007, ou seja, sete anos depois da apresentação do mesmo, a legislação já se encontrava defasada. Foi necessário então a implementação da Medida Provisória nº 449/08, que posteriormente foi transformada em lei, sob nº 11.941/09.

Ainda de acordo com Iudícibus, et. al. (2010), atualmente os órgãos responsáveis pela verificação, adequação e aplicação das normativas emitidas pelo Conselho Internacional de Contabilidade (IASB - International Accounting Standards Board) no Brasil são: CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e outros órgãos reguladores, como CVM e CFC.

Segundo Deloitte (2009), as normativas emitidas por órgãos reguladores abrangem as instituições pelas quais são responsáveis, como abaixo:

1. CVM[[4]](#footnote-4) emite normas aplicáveis somente às companhias de capital aberto.
2. CFC[[5]](#footnote-5) emite normas aplicáveis a todas entidades, de forma geral.
3. IBRACON[[6]](#footnote-6) emite normas aplicáveis a todas as entidades de forma geral.
4. BACEN[[7]](#footnote-7) emite normas aplicáveis somente a instituições financeiras.
5. SPC[[8]](#footnote-8) emite normas aplicáveis aos fundos de pensões.
6. SUSEP[[9]](#footnote-9) emite normas aplicáveis às seguradoras.

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Técnicos tem grande importância na harmonização das informações, não só com o padrão internacional, mas conciliar a necessidade dos órgãos brasileiros.

[...] um importante passo, no Brasil, foi dado pela criação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Depois de duas décadas, seis entidades não governamentais entraram em acordo, uniram-se, e cinco delas pediram a sexta a formalização do Comitê. Assim, o CFC – Conselho Federal de Contabilidade, a pedido da APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais -, da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas-, da BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros -, da FIPECAFI – Fundação (conveniada à FEA/USP) -, e do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil -, emitiu sua resolução 1.055/05 criando esse comitê. Ele está sendo suportado materialmente pelo Conselho Federal de Contabilidade, mas possui total e completa independência em suas deliberações (Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações) (IUDÍCIBUS, et. al., 2010, p. 15).

Como visto, o CPC é formado por diversas instituições, evitando assim que ocorra a emissão de várias normativas sobre um mesmo assunto, sob diferentes perspectivas. Ainda segundo Iudícibus, et. al. (2010), quando há necessidade da elaboração de uma norma, se reúnem os membros do comitê, bem como outras partes importantes, como o caso da Receita Federal do Brasil, grande interessada nas normas que serão ali emitidas, estando sempre presente nas reuniões. Muitas vezes, órgãos reguladores de entidades específicas como ANEEL[[10]](#footnote-10) ou SUSEP são convidados a participar das reuniões e decisões, quando se tratam de temas específicos. A única restrição é que as pessoas físicas (representantes dos órgãos) componentes do comitê devem ser contadores devidamente habilitados e registrados.

As normativas emitidas pelo Comitê são denominadas ‘Pronunciamento Técnico’ seguido da sigla CPC e a numeração do mesmo, após isto, o título do tema abordado no pronunciamento, conforme segue: PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ou ainda, chama-se apenas por CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

* 1. Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil

Vista a necessidade da conformidade das informações contábeis no mundo, pelo aumento do comércio internacional e principalmente o pelo maior número de negociações no ramo de mercados de capitais, os órgãos brasileiros - concentrados no CPC - iniciaram a busca incessante para atualizar os padrões de demonstrações contábeis e alterar alguns cálculos e apurações contábeis para trazer uma melhor e mais precisa evidenciação da real situação da empresa, de acordo com Mueller (1965).

No entanto, de acordo com Ali (2005), por causar muitas alterações, parte essencial para a implementação das normas internacionais era capacitar funcionários, elaborar novos relatórios, e padronizar as informações, e estas necessidades geraram altos custos fazendo com que o processo de padronização fosse, inicialmente, visto de forma negativa por muitas empresas.

As leis que abordam as normas contábeis internacionais no Brasil são: 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, porém, mesmo trazendo novas regras, elas são relativamente pequenas em questão de conteúdo, e é por este motivo que existem os pronunciamentos técnicos, que são elaborados para explicar as exigências trazidas pela lei, ou ainda, editar normas contábeis, conforme autorização dada ao Conselho Federal de Contabilidade para tal, conforme artigo 76 da lei 12.249/10, que acerca das responsabilidades do CFC diz: “[...] editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.” (Lei 12.249/10, art. 76).

Assim sendo, por força dessa lei, todas as normas aprovadas pelo CFC originadas do CPC, aderindo às normas de contabilidade internacional, deverão ser seguidas pela classe contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emite suas normas interpretações e comunicados técnicos de forma convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB [...] (AZEVEDO, 2010, p. 26).

Desta forma, o Comitê de Pronunciamento Contábil é atualmente o maior regulador das normas contábeis no país, buscando sempre, através de seus pronunciamentos, a harmonização contábil internacional, bem como regulamentar os procedimentos ou demonstrações contábeis a fim de satisfazer a necessidade dos usuários das informações contábeis.

* 1. As Novas Obrigações da Contabilidade Internacional Sob o Aspecto Societário

Para Soares (2011), a sanção da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que promoveu substanciais alterações na Lei nº 6.404/76 foi o primeiro passo à convergência as normas internacionais de contabilidade, já a conversão da medida provisória nº 449 de 2008 em Lei, sob nº 11.941/2009 que também trouxe alterações a já citada Lei º 6.404/76 foi a conclusão do processo de convergência aos padrões contábeis internacionais.

Para poder se adequar ao padrão internacional, as legislações citadas acima trouxeram mudanças dentro do âmbito contábil brasileiro, tanto nas estruturas dos demonstrativos, quanto nos cálculos e escriturações que aconteciam no país. Outro ponto importante trazido pela lei 11.941/09 foi a segregação da contabilidade fiscal e da contabilidade societária, conforme vê-se a seguir:

A segregação entre a Contabilidade elaborada para fins fiscais e a Contabilidade empresarial visa fornecer informações sobre a real situação financeira e a performance da empresa, possibilitando previamente preparar as suas demonstrações financeiras alinhadas com as regras contábeis brasileiras e as normais internacionais.

Visa também harmonizar a escrituração contábil ao regime de competência, ainda que a legislação fiscal ofereça condições de práticas diferentes[...] (AZEVEDO, 2010, p. 67).

No entanto, o foco deste trabalho não será a segregação da contabilidade fiscal da societária, bem como não serão abordadas as mudanças estruturais das demonstrações contábeis ou as novas demonstrações contábeis obrigatórias trazidas pela legislação. O foco deste artigo será a contabilidade societária, mais precisamente, o cálculo e a escrituração dos ajustes propostos na legislação, para melhor transparência da real situação da empresa.

* + 1. Reserva de capital, reservas de lucros e dividendos

Dispostos na lei 6.404/76 as reservas de lucros e os dividendos são componentes do patrimônio líquido, bem como a reserva de capital, sendo suas fontes de obtenção de valores diferenciadas. Para os dois primeiros, tem-se o lucro da empresa no período apurado, já o último tem seus valores recebidos de operações que não envolvam contas de resultado da empresa, como exemplo, tem-se as transações de capitais com os sócios.

O patrimônio líquido deve apresentar o capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações ou quotas em tesouraria, os prejuízos acumulados, se legalmente admitidos os lucros acumulados e as demais contas exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC (CPC 26, 2011, p. 31).

Para reservas de capital tem-se a seguinte definição:

As reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou prestação de serviços (IUDÍCIBUS, et.al., 2011, p. 15).

Deste modo, nenhum valor recebido por terceiros deve ser registrado na conta de Reserva de Capital, bem como recebimentos de sócios quando houver uma contrapartida por parte da entidade, ou seja, quando o sócio é beneficiado com a utilização da atividade da empresa (aquisição de mercadoria ou prestação de serviços) ou ainda com o recebimento de algum bem não vinculado a atividade operacional padrão da empresa.

Já para as reservas de lucro, só poderá ser lançado nas contas os montantes advindos do lucro do exercício, e este pode ser ainda subdivido em seis contas diferenciadas, com exceção dos dividendos obrigatórios, cada qual com suas regras e percentuais a serem seguidas, que são elas: Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas para Contingências, Reservas de Lucros a Realizar, Reservas de Incentivos Fiscais e Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído. (Lei 6.404, 1976).

A seção III do capítulo XVI da Lei nº 6.404/76 trata exclusivamente dos dividendos, o que são, como se deve ser calculado os valores a pagar, e o que é correto quando se trata de dividendos. A parametrização para os dividendos obrigatórios se encontra no artigo 202 da lei 6.404/76.

Segundo o artigo 202 da Lei das S.A., o acionista da empresa deverá receber como dividendo obrigatório, todo exercício, a parcela, de acordo com o estatuto, do lucro apurado naquele período. Caso não haja um estatuto pré-definindo este percentual, o valor deverá ser distribuído de acordo com o que está descriminado nos incisos e alíneas do mesmo.

Sendo assim, a empresa deve, obrigatoriamente, apresentar seus dividendos no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial da entidade ao final de cada exercício, quando seu resultado for positivo para a empresa, ou seja, quando a empresa obtiver lucro.

* + 1. Ajuste a valor presente – CPC 12

O texto fala sobre como os ativos e passivos devem ser reconhecidos, com seu valor real, segregando os juros embutidos no valor da venda, para que as informações sejam mais transparentes.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais (CPC 12, 2008, p. 8)

Esta nova obrigação trouxe mudança na escrituração das informações contábeis, pois inicialmente, os valores reconhecidos como receita de venda, eram os mesmos reconhecidos no grupo de ‘contas a receber’ ou ‘a pagar’, ou seja, o valor da nota fiscal.

Tradicionalmente a contabilidade sempre teve por base os documentos que suportam essas transações, registrando as receitas e, em contrapartida, os ativos a receber, pelos valores constantes dessas notas fiscais e faturas. O mesmo vale para despesas e contas a pagar.

Com o advento da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, foi introduzido expressamente na lei o desconto a valor presente para contas a receber e a pagar no longo prazo e, dependendo da materialidade, para as contas de custo prazo. [...]

Os procedimentos que devem ser seguidos para o atendimento dessa previsão societária estão detalhados no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. [...] (IUDÍCIBUS, et. al., 2011, p.107).

Tendo em vista isso, atualmente, se a operação for uma negociação que gere um a pagar ou a receber no longo prazo, ou ainda, no curto prazo com valor relevante a empresa deve reconhecer corretamente o que é receita de vendas, e o que é receita de juros/valor presente, ou no caso do passivo, custo/despesa efetiva e despesa financeira referente ao CPC 12.

* + 1. Mensuração do valor justo - CPC 46

O ajuste a valor justo é uma forma da empresa mensurar seus ativos ou passivos ao valor de mercado, ou seja, independente da negociação feita pela mesma com seus clientes e fornecedores.

O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis e para outros pode não haver. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo em ambos os casos é o mesmo – estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado (ou seja, um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de participante do mercado que detenha o ativo ou o passivo). [...]

A definição de valor justo se concentra em ativos e passivos porque eles são o objeto primário da mensuração contábil. Além disso, este Pronunciamento deve ser aplicado aos instrumentos patrimoniais próprios da entidade mensurados ao valor justo. (CPC 46, 2012, p. 2).

O Ajuste a Valor Justo regulamentado pelo CPC 46 é vinculado com a IFRS 13, e tem uma definição bem específica quanto ao seu significado: “Este Pronunciamento define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (CPC 46, 2012, p. 3).

Desta forma, deve-se utilizar o cálculo a valor justo para encontrar qual o valor de mercado da operação, além destas, é muito comum efetuar o cálculo do valor justo em estoques de grãos, ou outros ativos biológicos.

* + 1. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – CPC 25

Os ativos e passivos contingentes são valores advindos de algo que não foi planejado pela empresa, mas que poderá ser necessário fazer o desembolso/recebimento deste valor, porém, esta possibilidade não é concreta, ela pode ser fracionada em três níveis: remota, possível e provável.

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. (CPC 25, 2009, p. 04).

Este reconhecimento, de contingência, foi descrito primeiramente no IAS 37, e depois traduzido e adaptado a legislação brasileira através do Pronunciamento Técnico CPC 25.

Um exemplo comum de reconhecimento de contingência é quando a empresa está enfrentando um processo judicial, onde a mesma não estava esperando, porém, tal processo acaba gerando uma possibilidade de desembolso de valor pela empresa, dessa forma, o valor é reconhecido de acordo com a possibilidade de perda deste montante.

* + 1. Redução ao valor recuperável de ativos – CPC 01

Este procedimento foi o segundo emitido pela entidade, e tem por finalidade estabelecer regras para os valores contabilizados no ativo da companhia, e como tratar a desvalorização deste ativo. Como objetivo deste pronunciamento, tem-se:

O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas (CPC 01, 2010, p. 2).

Tal pronunciamento, está vinculado ao IAS 36 emitido pelo IASB, segundo a página oficial na internet *da IFRS ® Fundation*, o IAS 36 fala a respeito de que um ativo não deve ser/estar registrado nas demonstrações da empresa com um valor a maior do que o valor recuperável – o maior entre a possível recuperação em uso ou venda - se o valor contábil for maior do que o valor que é possível recuperar pela empresa utilizando o ativo ou vendendo o mesmo, a empresa deve reconhecer esta perda.

Bem como o IAS 36, o CPC 01 traz este mesmo conceito ao cenário brasileiro, onde o pronunciamento busca regulamentar e trazer transparência sobre o assunto, buscando convergência as normas internacionais.

1. METODOLOGIA

O delineamento metodológico deste artigo foi desenvolvido através de pesquisa, de caráter descritiva. Quanto ao problema verifica-se uma abordagem qualitativa, já aos procedimentos adotados, se enquadram como documental.

As companhias do ramo de carnes e derivados estiveram nos holofotes mundiais no primeiro semestre do ano de 2017 devido a deflagração da Operação Carne Fraca pela Policia Federal Brasileira, onde constatou-se a distribuição de carnes fora do padrão permitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que causou quebra de contratos internacionais, desconfiança por parte dos consumidores nacionais e estrangeiros, fechamento de unidades operacionais das companhias envolvidas no escândalo, e abalou consideravelmente as relações internacionais do Brasil, atingindo os valores das negociações na bolsa de valores e o preço do real em relação ao dólar estadunidense.

Tendo em vista o impacto internacional causado pela deflagração desta operação, e que o aumento das relações internacionais foram fatores primordiais para a harmonização das informações contábeis, e que dentre as cinco empresas listadas, a BRF está presente no município de Lucas do Rio Verde, a mesma foi escolhida para ser o objeto de pesquisa e análise deste trabalho.

A BRF S.A. é uma empresa brasileira, fruto da fusão de dois grandes nomes do ramo, a Sadia e a Perdigão. Atualmente é uma das maiores companhias do mundo, no ramo alimentício. Atua na comercialização de seus produtos nos cinco continentes, em mais de cento e cinquenta países, além de ser detentora de grandes marcas em seu catálogo de produtos, dentre as mais conhecidas é possível citar: Perdigão, Sadia e Qualy.

A coleta de dados se deu através do site da B3, onde é possível encontrar os demonstrativos contábeis das empresas listadas, devido as mesmas serem de capital aberto e terem suas ações negociadas na bolsa de valores.

Após o filtro por setor de atuação das empresas listadas, verificou-se que na data, no setor de consumo não cíclico, subsetor alimentos processados, segmento carnes e derivados estavam listadas as empresas que seguem:

QUADRO 1 - Empresas listadas na B3 no segmento de Carnes e seus derivados.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Razão Social | Nome de Pregão | Segmento |
| [BRF S.A.](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=16292) | [BRF SA](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=16292) | NM |
| [EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=1570) | [EXCELSIOR](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=1570) |   |
| JBS S.A. | [JBS](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20575) | NM |
| MANFRIG GLOBAL FOODS S.A. | [MARFRIG](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20788) | NM |
| [MINERVA S.A.](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20931) | [MINERVA](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20931) | NM |
| [MINUPAR PARTICIPACOES S.A.](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=13765) | [MINUPAR](http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=13765) |   |

Fonte: B3, 2017.

Desta forma, dentre as empresas existentes, a BRF foi escolhida para ser objeto de estudos para este trabalho, pois a mesma possui um histórico marcante na história societária do Brasil, sendo considerada resultado da maior fusão entre empresas, no Brasil e esteve na mídia com frequência no primeiro semestre de 2017, após a deflagração da operação carne fraca. Após a escolha, foram selecionadas então as demonstrações financeiras[[11]](#footnote-11) padronizadas com data base em 31/12/2016 para que as análises fossem efetuadas.

Dentro ainda das demonstrações padronizadas, foram escolhidas as demonstrações consolidadas e as notas explicativas, bem como foram incluídos na análise o relatório da administração da empresa e parecer da auditoria, para verificar se houve algum apontamento referente ao não cumprimento das normas internacionais trazidas pela legislação e pelos pronunciamentos do CPC.

1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS
	1. Empresa Pesquisada

A BRF S.A. é uma das mais conhecidas, se não a mais conhecida, empresa no ramo de produção de carnes e seus derivados no Brasil. Inserida no mercado brasileiro desde o ano de 2009, ela é resultado da fusão das então maiores empresas no ramo de produção de frango no Brasil, Sadia e Perdigão (BRF, 2017).

Seu faturamento no ano de 2016 foi de R$ 33.732.866 bilhões de reais, superando os anos anteriores de 2015 e 2014, com faturamento de R$ 32.196.601 e R$ 29.006.843 bilhões respectivamente (B3, 2017).

De acordo com o site oficial (2017), a companhia conta com cinco centros de inovação, cinquenta e três unidades produtivas, quarenta e nove centros de distribuições, vinte e dois escritórios comerciais e mais de 104.605 mil colaboradores ao redor do mundo, com maior concentração de unidades e colaboradores no Brasil.

Mesmo tendo sido criada em 2009, a história da BRF S.A. se inicia muito antes, em 1934 com a criação da empresa Perdigão, em Videira (SC), em 1944 foi fundada a Sadia em Concórdia (SC), na época, concorrente da Perdigão. Ambas permaneceram nesta posição de concorrência por anos, expandindo seus mercados não só no Brasil, mas no mundo. Em 2001 houve o primeiro contato entre as empresas, porém somente em 2009 é que começaram o processo de unificação das marcas, dando origem a BRF S.A. (BRF, 2017). A fusão só foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2011, após algumas medidas serem acordadas entre o órgão e as empresas envolvidas no processo, como por exemplo, a venda de algumas fábricas, abatedouros e marcas, e suspensão temporária de produtos, para evitar o monopólio de mercado. Segundo Olavo Zago Chinaglia, conselheiro do Cade na data da aprovação da fusão, esta operação foi a maior da história do Brasil, superando outras conhecidas como por exemplo, Ambev, fruto da união da Antarctica e Brahma, (ISTOÉ, 2011).

A BRF está presente nos cinco continentes, e somando em todos os países onde está presente, possui mais de 30 marcas em seu catálogo. (BRF, 2017).

Por ser uma empresa de capital aberto, isto é, suas ações estão disponíveis na bolsa de valores para negociação, suas demonstrações estão disponíveis no endereço eletrônico da B3.

* 1. Atendimento das Normais Internacionais nas Demonstrações Contábeis na Empresa Pesquisada

Quando se é utilizada informação pública normalmente estas veem sem detalhamentos, neste caso, as demonstrações contábeis publicadas pela companhia, em endereços eletrônicos como o da B3, são trazidas em uma visão por grupos, ou seja, não é possível encontrar demonstrativos com a abertura de conta por conta, e sim, grupos de contas, impossibilitando assim uma análise mais detalhada dos valores apurados pela empresa em decorrência as obrigações trazidas pela legislação.

Dessa forma, a leitura e interpretação das notas explicativas e do relatório da administração são fundamentais para a compreensão e visualização da aplicação das normais internacionais na apuração do resultado da empresa.

Tendo em vista que para compreensão dos demonstrativos, a nota explicativa é fundamental, o comitê de pronunciamentos contábeis abordou o tema no CPC 26:

A entidade cujas demonstrações contábeis estão em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC deve declarar de forma explícita e sem reservas essa conformidade nas notas explicativas. A entidade não deve afirmar que suas demonstrações contábeis estão de acordo com esses Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações a menos que cumpra todos os seus requisitos (CPC 26, 2011, p. 7).

Desta forma, o contador da empresa deve ter pleno conhecimento das normas e como a sua aplicação deve ocorrer na sua empresa, pois, cada entidade possui particularidades de acordo com a atividade exercida, bem como, o seu porte.

As normas internacionais são aplicadas a empresas de capital aberto, ou às de grande porte, no entanto, existe regulamentação especifica acerca da aplicação da convergência as normas internacionais para pequenas e médias empresas, sendo este o CPC PME advindo do pronunciamento do IASB intitulado *IFRS for SMES*, devendo assim, o contador estar ciente de que procedimentos adotar na empresa.

Ou seja, se o contador não ter o domínio de conhecimento sobre a entidade pela qual está atuando, a entidade corre riscos de ser penalizada por descumprir obrigações ou ainda, por prestar informações incorretas ao fisco, o que pode acarretar sérios problemas a companhia.

* + 1. Distribuição dos resultados

A empresa BRF S.A. obteve ao final do ano de 2016 um resultado consolidado negativo, ou seja, um prejuízo de ‐R$ 367.339 milhões, de acordo com o DRE apresentado pela empresa no site da B3.

Tendo em vista este resultado, o primeiro ponto conclusivo que se pode obter é que não houve distribuição de dividendos, bem como não houve destinação para a reserva de lucros. Tal observação é confirmada pelo item 28.6 da nota explicativa da companhia que traz a abertura da distribuição dos lucros, ou no caso, absorção do prejuízo do exercício.

 Figura 1 – Distribuição do lucro/absorção de prejuízo

Fonte: B3, 2017.

É possível notar que, na data base de dezembro de 2016, o valor destinado a dividendos, bem como, o valor na linha de reserva de lucros é zero, havendo uma diminuição considerável se observado o ano anterior.

GRÁFICO 1 – Comparativo 2016x2015 do Resultado do Exercício, Distribuição para Dividendos e Destinação para Reserva de Lucros da empresa BRF S.A.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Ainda é possível observar que, mesmo o ano de 2015 tendo alcançado um resultado considerado alto, o valor da reserva de lucros não é efetivamente alto, isso se deve aos limites estabelecidos em legislação. Nas notas explicativas os valores de saldo da conta reserva legal são explicados como sendo resultado do respeito à lei:

Reserva legal: Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, limitado a 20% do capital social. Em 31.12.16, o saldo desta reserva correspondia a 4,34% do capital social (4,34% em 31.12.15) (NOTAS EXPLICATIVAS/BRF S.A., 2016, p. 108).

Já as reservas de capital obtiveram um aumento de 487,65% se comparado ao ano anterior, de acordo com o item 28.7.1 da nota explicativa. Isso acontece, pois, a reserva de capital independe das receitas ou do resultado da empresa, seus valores advêm das negociações entre sócios que não possuem contrapartida por parte da empresa, ou seja, é um reforço do capital.

* + 1. Ajuste a valor presente

De acordo com a entidade, o Ajuste a Valor Presente é calculado sobre valores a receber, e a pagar, tanto no curto quanto no longo prazo, e utiliza-se a média ponderada para se calcular os juros embutidos na operação.

Ajuste a valor presente: a Companhia mensura o ajuste a valor presente sobre os saldos de curto e longo prazo de contas a receber, fornecedores e outras obrigações, sendo registrados em contas redutoras das respectivas rubricas em contrapartida ao resultado financeiro. A Companhia adota o custo médio ponderado de capital para apurar o ajuste a valor presente dos ativos e passivos mencionados que corresponde a 14,30% a.a. em 31.12.16 (12,80% a.a. em 31.12.15) (NOTAS EXPLICATIVAS BRF S.A., 2016, p. 11).

De acordo com o item 9 da nota explicativa, Contas a Receber de Clientes e Títulos a Receber, nota-se que o ajuste a valor presente representa 0,4619% do valor de contas a receber, já os títulos a receber, o AVP equivale a 0,0625%, no consolidado. O estoque da entidade também valor escriturado na conta redutora de AVP totalizando R$ 30.143 milhões de reais, no entanto não há explicativa do cálculo, o valor é evidenciado no item 10. Já no passivo, o valor de ajuste a valor presente é mais relevante, representando uma redução de 0,8313% no valor dos fornecedores.

GRÁFICO 2 – Comparativo 2016x2015 do saldo de reconhecimento de Ajuste a Valor Presente da empresa BRF S.A.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No entanto, existe um reconhecimento de R$ 353.576 milhões de despesa com ajuste a valor presente, no grupo de despesas financeiras da DRE Consolidada da companhia, ou seja, além dos valores citados acima, existem outros reconhecimentos de ajuste a valor presente feitos pela companhia que não foram abordados nas notas explicativas.

Da mesma forma que, houve uma redução do passivo com ajuste a valor presente e este valor deveria ser lançado contra uma receita de ajuste a valor presente, porém a mesma não foi evidenciada nas receitas financeiras da entidade. É possível neste caso, que exista uma conta somente para o registro tanto das despesas quanto das receitas, desta forma, o valor final significa o encontro dos valores registrados pela empresa, e que o net entre receitas e despesas de AVP é negativo, ou seja, as despesas com ajuste a valor presente se sobpuseram sobre as receitas.

* + 1. Mensuração do valor justo

O Ajuste a Valor Justo também é aplicado nas operações realizadas pela empresa. Instrumentos financeiros e não derivativos, ativos financeiros disponíveis para venda, aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados, operações de *hedge,* empréstimos, e ativos biológicos são exemplos de operações mensuradas pelo valor justo, conforme as notas explicativas (NOTAS EXPLICATIVAS, 2016, p. 7).

Também se encontra registrado nas notas explicativas que as ações entre coligadas e controladas são mensuradas pelo valor justo, conforme item 3.4 da nota:

Combinação de negócios: são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos (NOTAS EXPLICATIVAS BRF S.A., 2016, p. 8).

Ainda, os ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para vendas são mensurados de acordo com o menor valor, entre o valor justo e o valor contábil.

De acordo com o item 11, Ativos Biológicos, tem-se que:

O valor justo das florestas é determinado por meio de dados não observáveis, utilizando as melhores práticas disponíveis nas circunstâncias de avaliação, portanto são classificados na categoria de valor justo de Nível 3, conforme previsto na Deliberação CVM nº 699/12 (NOTAS EXPLICATIVAS BRF S.A., 2016, p. 55)

As variações positivas advindas de valor justo de operações financeiras são registradas como receita financeira, de acordo com o item 3.25.

Vê-se que a aplicação do ajuste a valor justo é seguida a rigor pela empresa, estando aplicada a inúmeras operações que ocorrem na companhia, desde ativos biológicos até aplicações financeiras e instrumentos financeiros. É possível notar que até mesmo movimentações não amparadas pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e sim por CPC específico, como o caso dos benefícios para empregados, amparado pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados, são mensurados pelo valor justo, no entanto, seguem as premissas do pronunciamento nº 33 ao invés de seguir as premissas do nº 46.

* + 1. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento das provisões de passivos contingentes na empresa é subdividido em contingências tributárias, cíveis, comerciais e outras, e trabalhistas, além de um quarto grupo intitulado passivos contingentes, que não possui informações a respeito de sua composição. Além disso, as provisões são classificadas como perdas prováveis, possíveis e remotas. Não há menção de reconhecimento de ativos contingentes.

A entidade traz as informações de provisões de perdas com contingência, explicando os valores que constam na DRE, que são as provisões classificadas como prováveis, e ainda citando os valores das possíveis. O montante de probabilidade de perda classificado como remota não é citado na nota explicativa.

Na data base de 31 de dezembro de 2016 o maior valor reconhecido de provisões de perdas prováveis com contingências advém de processos trabalhistas, seguido dos processos, e por fim os cíveis, comerciais e outros.

Nota-se também que houve um aumento nos valores dos três grupos se comparado ao ano de 2015, totalizando um aumento de R$ 200.741 milhões, deste valor, 51,1699% se refere a causas trabalhistas, 20,5334% a causas tributárias e 28,2967% a causas cíveis, comerciais e outras.

GRÁFICO 3 – Comparativo de valores de provisões para perdas prováveis com contingência com data base 31/12/2016 e 31/12/2015.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Das causas tributárias - R$ 281.715 milhões -, segundo o item 27.1.1 das notas explicativas, o valor mais relevante se refere a processos administrativos e judiciais movidos pelo governo, referente ao ICMS, sendo o montante provisionado de R$ 129.127 milhões na data base de 31/12/2016.

As trabalhistas se referem a ações movidas contra a companhia por colaboradores ou ex-funcionários, bem como Ministério do Trabalho, referente vários assuntos dentro do âmbito trabalhista. Já as cíveis, comerciais e outras incluem ações por perdas e danos, vinculadas a acidentes, reclamações de consumos, e outros, de acordo com os itens 27.1.2 e 27.1.3.

As provisões para perdas possíveis com contingências, somam um valor de R$13.667.857 bilhões em 31/12/2016, estas são referenciadas apenas nas notas explicativas (Item 27.2), não sendo mensuradas nos demonstrativos da entidade, conforme estabelece o CPC 25, que diz que deve ocorrer a provisão dos valores que são classificados como prováveis.

Assim como nas causas classificadas como prováveis, há a subdivisão entre trabalhistas, cíveis e tributárias, sendo a última a detentora do maior valor, com estimativa de perda de R$ 11.953.088 bilhões, seguido das causas cíveis com R$1.679.847 bilhão e por fim as causas trabalhistas totalizando R$34.922 milhões desta forma, o valor estimado da entidade de possíveis perdas com contingência em 31/12/2016 é de R$ 13.667.857,00 bilhões.

No gráfico abaixo é possível notar que a diferença de estimativa de valores classificados como perdas possíveis e prováveis é enorme, sendo as causas tributárias classificadas como perdas possíveis a única categoria a ultrapassar uma estimativa de 2 bilhões de reais, em ambas as datas analisadas. No entanto, a variação anual de cada categoria é menor do que a diferença entre as classes, gerando uma média de aumento de 43,61% para as classificadas como prováveis e 18,37% para as classificadas como possíveis. É importante ressaltar que, dos seis grupos analisados, o único que obteve diminuição de estimativa do valor de 2015 para 2016 foi a estimativa de perdas trabalhistas classificadas como perdas possíveis, os outros cinco obtiveram um aumento no valor de suas estimativas, se comparado ao ano anterior.

GRÁFICO 4 – Comparativo entre estimativas de perdas com contingências possíveis e prováveis data base 31/12/2015 e 31/12/2016 da empresa BRF S.A.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A única menção que a companhia faz a causas com probabilidade de perda remota é a respeito do caso Huaine, onde a entidade foi incluída como responsável pela dívida tributária da empresa Huaine Participações LTDA, ex-controladora da Perdigão. Segundo o documento (Item 27.2.1) a administração da entidade julgou prudente a divulgação da informação, mesmo a probabilidade de perda do valor estimado (R$642.796 milhões) sendo remota.

* + 1. Recuperabilidade dos ativos

A entidade abordou o cálculo de recuperabilidade para os seus ativos imobilizados, intangíveis e impostos, bem como o cálculo nos recebíveis (PCLD). De acordo com o item 3.13 das notas explicativas, a entidade não reconheceu valores de perdas decorrentes de teste de *Impairment* no ativo imobilizado na data base de 31/12/2016.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2016 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, conforme divulgado na nota 19. De acordo com a Deliberação CVM no. 639/10, a provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado, somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor justo líquido de despesas de venda do ativo for menor do que seu valor contábil (NOTAS EXPLICATIVAS BRF S.A., 2016, p. 12).

Da mesma forma ocorreu com os ativos intangíveis, onde, de acordo com os cálculos efetuados pela administração da empresa, a redução do valor dos intangíveis não se fez necessária, bem como para todos os ativos e passivos submetidos ao cálculo de recuperabilidade.

O único registro encontrado de diminuição dos valores de ativos em decorrência do cálculo é o PCLD – Perda Estimativa para Crédito de Liquidação Duvidosa, que totalizou uma redução de R$ 438.681 milhões no ativo da companhia.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal verificar se a empresa BRF S.A está aderindo as normas internacionais, emitida pelos CPC’s, sob o aspecto da contabilidade societária. Já os objetivos específicos foram identificar as novas obrigações trazidas pela convergência à contabilidade internacional; verificar se as novas normas que envolvem a contabilidade societária, são evidenciadas nas demonstrações contábeis da empresa pesquisada, e, por fim, verificar se as demonstrações contábeis da companhia analisada satisfazem as necessidades do usuário quanto ao bom entendimento da situação da empresa, seja ele brasileiro ou estrangeiro, que é o objetivo da harmonização contábil.

Para encontrar respostas às problemáticas acima citadas, foi realizada primeiramente uma pesquisa teórica para houvesse um embasamento e uma explicação sobre quais sãs as normas internacionais aplicadas no Brasil, e ao ramo da entidade analisada, e como deve ocorrer a sua evidenciação nas demonstrações contábeis e a importância de sua apresentação para os usuários das informações contábeis. Tendo feito isso, foram analisadas e estudadas as demonstrações padronizadas consolidadas da empresa BRF S.A. – objeto de estudo para este artigo - com data base de 31/12/2016, disponíveis no site da B3.

Após análise detalhada dos demonstrativos e relatórios citados neste artigo, é possível concluir que a empresa está de acordo com a legislação brasileira vigente, pois apresentou em suas notas explicativas os valores calculados de ajuste a valor presente, valor justo, e provisões de contingência, bem como, evidenciou quais grupos do ativo foram submetidos ao teste de Impairment, e ressalvou que não houve mensuração de valores, pois o cálculo apontou para a não necessidade de redução dos montantes reconhecidos na data base. Houve citação ainda, dos valores mensurados nas reservas de lucro e para a distribuição de dividendos, que não ocorreu no ano de 2016 pois a empresa obteve um resultado negativo.

É importante ressaltar que, se no ano de 2016 a empresa não houvesse feito o reconhecimento dos valores de ajuste a valor presente, ou ainda, das provisões de contingência, possivelmente ela teria obtido um resultado satisfatório, ou seja, lucro no período. Isso se deve ao fato de que, somente o valor de provisão de perdas prováveis para contingências é maior do que o valor de prejuízo apurado no período.

Ao primeiro olhar, para a empresa seria interessante que estes valores não fossem reconhecidos, assim, a empresa teria registrado em seu DRE um resultado positivo, no entanto, este valor seria um valor precipitado, pois, a transparência da situação da empresa ficaria comprometida, e assim, os investidores poderiam ser prejudicados na análise de viabilidade de investimento na empresa.

No relatório de auditoria, feito pela empresa Ernest & Young Auditores Independentes S.S., responsáveis pela auditoria externa obrigatória, não houve nenhum valor equivocado, ou que não foi calculado, e que as demonstrações da companhia estão de acordo com as normas propostas pelos pronunciamentos técnicos e normas internacionais.

Desta forma, conclui-se que a empresa apresenta de forma satisfatória informações sobre a aplicação das normas internacionais na contabilidade da entidade, bem como buscou explicar os motivos da aplicabilidade da regra a realidade da empresa. Satisfazendo assim, os usuários das informações contábeis desta empresa, seja este usuário uma instituição financeira, um acionista, o governo ou outros interessados nos resultados da companhia, brasileiros ou estrangeiros.

Para estudo futuro, de forma mais aprofundada, tem-se a seguinte problemática: Quais são os maiores valores de contingência reconhecido pela a empresa e por qual motivo a empresa apresenta valores tão elevados de provisões para contingência, bem como, se houve aumento nos valores de provisões para contingência decorrentes de processos contra a empresa, devido a deflagração da operação carne fraca, no primeiro semestre de 2017.

REFERÊNCIAS

ALI, Muhammad Jahangir. A Synthesis of Empirical Research on International Accounting Harmonization and Compliance with International Financial Reporting Standards. In: Journal of Accounting Literature, 24. Jg., S. 1-52. (2005).

AZEVEDO, O. Reis. Comentários às novas regras contábeis brasileiras. 5. ed. São Paulo, IOB, 2010.

B3 / BM&FBOVESPA. Demonstrações financeiras padronizadas consolidadas, Relatório da Administração, Parecer da Auditoria e Notas Explicativas da empresa BRF S.A. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/index.htm> > Acesso em 22/10/2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo. Disponível em: < http://www.bmfbovespa.com. br/pt\_br/institucional/sobre-a-bm-fbovespa/quem-somos/ > Acesso em 26/06/2018.

BRF. Disponível em: < [https://www.brf-global.com/](https://www.brf-global.com/sobre-brf/onde-estamos%20) > Acesso em 04/10/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente. 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 46 Mensuração do Valor Justo. 2012.

DELOITTE. Normas Internacionais de Contabilidade. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

ISTOÉ. Os detalhes da fusão entre Sadia e Perdigão. Disponível em: < [http://istoe.com.br/146549\_OS+DETALHES+DA+FUSAO+ENTRE+SADIA+E+PERDIGAO/](http://istoe.com.br/146549_OS%2BDETALHES%2BDA%2BFUSAO%2BENTRE%2BSADIA%2BE%2BPERDIGAO/) > Acesso em 27/05/2017.

IFRS® FUNDATION. Who We Are. Disponível em < <http://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/> > Acesso em 21/10/2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Who uses IFRS Standards? Disponível em < http://www.ifrs. org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis > Acesso em: 21/10/2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. IAS 36 Impairment of Assets. Disponível em < http://www.ifrs. org/issued-standards/list-of-standards/ias-36-impairment-of-assets/ > Acesso em: 29/10/2017.

IUDÍCIBUS, et. al. Manual de Contabilidade Societária. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MENDES, Wagner. Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Impairment) e Ajuste a Valor Presente (AVP). 1. ed. São Paulo, IOB, 2010.

Mueller, G. Whys and How’s of International Accounting. The Accounting Review, 40, 386- 394. 1965.

SÁ, A. Lopes De. História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília, Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANTOS, J. Luiz Dos; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Societária. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2011.

SOARES, D. José. Estrutura Conceitual Básica para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. 1 ed. São Paulo, IOB, 2011.

1. Acadêmica do 6º semestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle. E-mail: daia.naiara.rodrigues@hotmail.com. Artigo vencedor do X Concurso de Artigos de Iniciação Científica da Faculdade La Salle, 2018. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Ciências Contábeis. Professora orientadora do artigo. E-mail: fabiane.popik@faculdadelasalle.edu.br [↑](#footnote-ref-2)
3. A B3, que teve por muitos anos seu nome como BM&FBOVESPA, é uma companhia que tem por objetivos principal administrar mercados organizados de Títulos e Valores Mobiliários, além dos Contratos Derivativos. No mais, atua também como garantidora de liquidações das operações que são realizadas nela dela. [↑](#footnote-ref-3)
4. A Comissão de Valores Mobiliários. [↑](#footnote-ref-4)
5. O Conselho Federal de Contabilidade. [↑](#footnote-ref-5)
6. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. [↑](#footnote-ref-6)
7. Banco Central do Brasil. [↑](#footnote-ref-7)
8. Secretaria da Previdência Complementar. [↑](#footnote-ref-8)
9. Superintendência de Seguros Privados. [↑](#footnote-ref-9)
10. Agência Nacional de Energia Elétrica [↑](#footnote-ref-10)
11. Um segundo entendimento do que são as demonstrações contábeis; passou a receber este nome após a Lei 6.404/76, conhecida também como Lei das Sociedades por Ação. [↑](#footnote-ref-11)